

LUIZ MEYER

# Crença e convenção (pensando a pergunta de Alice)



LM

REVISTA USP

“Após um merecido descanso numa estação de águas, proporcionado por um fim de semana prolongado, cruzam-se num trem, retornando às cidades onde são ativos, um padre e um rabino.

Sentam-se frente a frente e mal a composição se move já o padre desembulha seu farnel do qual emerge, além de um cheiroso pão italiano, uma pequena e apetitosa perna de porco defumado. O padre corta algumas fatias, e atencioso oferece uma porção ao rabino.

- Como, o senhor não sabe? Nossa religião nos proíbe tocar na carne de tais animais. Cometeria um pecado contra os sábios ensinamentos das escrituras - e contra meu povo - se aceitasse vossa oferta.

A conversa esquenta, o padre argumentando que em tempos idos, quando parcos eram os conhecimentos, podia-se compreender que por uma questão de higiene a religião impusesse uma proibição do gênero. Mas hoje, face aos progressos da ciência, isto não mais se justificava. Discutem um pouco e, como o rabino se mostra irreduzível, ao cura inconformado só resta murmurar, entre uma mordida e outra: 'O senhor não sabe o que está perdendo'.

Mais um pouco e o trem chega à cidadezinha a que o padre se destina. Despedem-se e o rabino, educado, não esquece de dizer: 'Recomendações à senhora sua esposa'.

- Como, o senhor não sabe? Nós padres fizemos um voto de castidade; toda união, que não seja com Deus, é um pecado.

Ao que o rabino responde penalizado: 'O senhor não sabe o que está perdendo'.

Um passageiro que viajava ao lado e que tudo acompanhara atentamente ostentava um sorriso que corria de orelha a orelha. É que, sendo ateu, sentia-se livre para comer tanto o presunto quanto a...”

**B**em, não cabe ser ateu em psicanálise. Abraçamos evidentemente um conjunto de pressupostos e os erigimos como a base da teoria que orienta nossa prática. Há, pois, na construção desta... crença inicial, todo um aspecto que é da ordem da “convenção” (1), do estabelecimento de suportes indutivos favoráveis ao desenvolvimento da investigação que se pretende implementar e da elaboração que a acompanha e sucede. O próprio vocabulário utilizado pela hipótese que se visa examinar é indicativo da teoria que a orienta.

Freud (2) o disse com todas as letras no parágrafo inicial do seu artigo “Os Instintos e suas Vicissitudes”. Ele escreve: “Freqüentemente escutamos a afirmação de que as ciências devem ser construídas sobre conceitos básicos definidos de modo claro e conciso. Na realidade, nenhuma ciência, nem mesmo a mais exata, se inicia com tais definições. O verdadeiro começo da atividade científica consiste sobretudo na descrição de fenômenos para que, em seguida, se proceda a seu agrupamento, sua classificação e correlação. Até mesmo na etapa de descrição é impossível evitar que se aplique certas idéias abstratas ao material disponível, idéias derivadas de diversos setores mas de certo não somente das nossas observações (...) elas devem possuir necessariamente algum grau de indefinição (...). Enquanto elas permanecem nesta condição nós podemos chegar a compreender o seu significado fazendo referências repetidas ao material de observação do qual elas parecem ter sido derivadas, *mas sobre o qual, de fato, elas foram impostas*. Assim falando de modo estrito, elas têm a natureza de uma convenção...”

Entretanto, uma vez estabelecida a convenção, ficamos com ela comprometidos e é necessário seguir a lógica que as premissas exigem, “esticá-las” até o limite de sua ruptura, testando sua eficácia e veracidade *no interior* do sistema em que são operativas. O estudo da própria crença, pois, nada tem a ver com proselitismo e catequese.

A proposta deste trabalho é de tomar uma dessas

convenções - a constância do tempo de duração da sessão -, algo aparentemente arbitrário, e examiná-la verificando sua consistência e compatibilidade com a lógica da teoria que este gênero de prática propõe.

Se aceitarmos, mesmo que seja apenas

como ato de fé, que a mente existe e que ela tem uma estrutura, a evolução do processo psicanalítico pode ser concebida como produto natural desta estrutura. O seu valor, isto é, seu grau de veracidade, deriva então da medida em que este processo é por ela determinado (3).

Segundo a teoria de relações de objeto, essa estrutura pressupõe a existência de um mundo interno onde um *self* composto por partes variadas, mais ou menos evoluídas, se relaciona interna e externamente com objetos cujas características também são variadas e que, por sua vez, também interagem entre si. A maior ou menor evolução dessas partes implica uma diferenciada e variada forma de relação; delas entre si, com os objetos e vice-versa. Essa relação é extremamente complexa na medida em que estas partes do *self* podem ser escindidas e projetadas no interior do objeto, transformando-o, aprisionando-o ou dele se tornando prisioneiro. Da mesma forma, esse objeto, escindido ou não, pode “possuir” o *self* e suas funções apoderando-se em maior ou menor grau da estrutura mental e imprimindo-lhe uma marca qualitativa. Através do processo psicanalítico é possível “dar a ver” essa estrutura e seu funcionamento, isto é, criar condições para atualizá-la.

A consecução dessa empresa implica um procedimento peculiar. Ele supõe: a) a presença de outra mente (que, como toda mente, é também uma estrutura em funcionamento) a qual, operando como um foco imantatório, torna-se o referente das relações mencionadas. Implica, pois, a referência contínua à transferência; b) a construção de uma geografia particular, um terreno que dê transparência a este processo; implica pois a construção de um *setting* onde evolui a transferência.

A transferência será o elo entre a estrutura mental e o processo psicanalítico (como há duas mentes, este elo é também “formado” pela contratransferência).

Vai-se depreendendo do exposto que cabe ao analista a tarefa constante de manter a organização propiciatória e continente do evoluir da transferência. O *setting* se confunde aqui com o estado de mente do analista (4), com a pura dedicação ao método analítico da qual se torna a encarnação.

Esse estado de mente é na verdade uma disposição, uma postura: a de confrontar a produção do analisando e portanto sua transferência, somente com atividade psicanalítica.

1 E. Ortigues, “Interpretação”, in *Enciclopedia Einaudi*, vol. XI, Lisboa, Casa da Moeda, 1987.

2 S. Freud, *Instincts and their Vicissitudes*, S. E. XIX, 1915, p. 117.

3 D. Meltzer, *The Psychoanalytic Process*, Scotland, Calumie Press, 1967.

4 Idem.

O analisando vai tendo a experiência dessa batida, da regularidade e estabilidade da resposta, qualquer que seja o movimento que inicie: de frente, de fasto, de flanco, para onde se vire deverá encontrar o analista expressando-se dentro e através do método analítico. Esta constância - da qual faz parte, como convenção, o tempo fixo de duração da sessão - funciona como uma reiteração que confere a ela um valor histórico e funcional. Ele possibilita a construção de uma forma de relação específica. Retrospectivamente, percebe-se então que todo o conjunto (que eventualmente se iniciara baseado em alguns aspectos convencionais) está organizado para possibilitar um *contato* restrito à esfera psíquica, para garantir sua manutenção e propiciar a apreensão de suas características. Trata-se da lenta sedimentação de um modo de observar (que inevitavelmente torna-se também um modo de participar), inerente a este instrumento de percepção.

Digo observar, uma vez que o *setting* é a condição de percepção da transferência e que ele opera fixando uma perspectiva artificial, mas não arbitrária, já que a sua constância de foco lhe retira justamente esse caráter aleatório. Percebe-se que a convenção estabelecida gera uma determinada produção cuja coerência e compreensão dependem da manutenção desta convenção, que vai sendo testada e justificada dentro e a partir do *modus operandi* do sistema.

Assim, o *setting* torna-se um arranjo eficaz pois permite visualizar tanto o que intenta desorganizá-lo quanto a exigência que determina esta ação; tanto o movimento para destruir a perspectiva quanto o que está tornando insuportável a manutenção da mesma.

O sistema se alimenta pois dessa transgressão (ou distorção se o preferirmos) contra este algo que, justamente ao se oferecer para ser transgredido, surpreende e acolhe o ataque que lhe é dirigido segundo um procedimento que instaura a percepção do ocorrido.

À constância da postura analítica corresponde, pois, a constância da assimetria, da manutenção de um campo transferencial onde analista e analisando estão sempre em lugares diversos, o primeiro cuidando para que a perspectiva se mantenha de modo a evitar a fusão (para não dizer confusão) das duas figuras. Se o analista se move *junto* com o paciente (e não em *relação* a ele), ou induz o paciente a mover-

se segundo seu deslocamento, o que se obtém é um puro efeito de espelhamento e a aparente motilidade dos dois apenas encobre uma real imobilidade. Esta postura do analista cria, pois, um efeito paradoxal. Na medida em que ele “sempre está” (e apenas como analista), o *setting* é uma presença muda e silenciosa. Mas como o analista é “móvel”, ele deverá estar lá onde não é esperado, frustrando a previsão do encontro e obrigando a dupla a debruçar-se sobre o impacto do desencontro. A estabilidade do *setting* evoca a sua própria interpretação.

No esquema referencial que estamos expondo, a regularidade que embasa e constrói a postura analítica transcende seu caráter técnico para atingir uma certa dimensão metapsicológica. É que ela passa a participar do mesmo registro que as ditas regras fundamentais. O analista é solicitado a servir o campo transferencial. A liberdade de sua inventiva está cerceada por esta mão-única: servir o campo sem sucumbir ao impulso de trafegar na contramão, de servir-se dele.

Assim a “coisa” decidirá do seu ritmo, da sua presença, forma, tamanho, existência, do seu meio de expressão. Ela começa e pára, se atualiza e some, fica dentro ou fora como bem entender ou puder. Com o olho que se volta para Pequim o analista observa esta tramitação, mas, com o outro que olha para Nova York, ele mantém firme o pulso sobre o campo. Ocorre na psicanálise este estranho paradoxo: sendo estrábico é que o analista consegue atingir a visão binocular.

Nesse contexto toda tentativa de fazer com que as duas imagens coincidam *lá* para poupá-lo do seu trabalho *aqui* corresponde à tendência onipotente de substituir a relação de objeto pela relação narcísica, a interpretação pela atuação, a abordagem analítica pela abordagem médica, o processo analítico pela pessoa do analista.

Poderíamos concluir, satisfeitos, que a racionalidade do sistema implica que o analista não deva confundir o paciente e nem com ele se confundir. Ora, a questão reside justamente no fato de que tal confusão não é um epifenômeno da relação, mas o seu centro dinâmico. Com efeito o campo transferencial sequer pode se constituir se não ocorrer, por exemplo, um *splitting*, uma escisão de algum aspecto do *self* do analisando com a simultânea identificação projetiva sobre o analista. A dependência é,

pois, um fenômeno processual e necessário, e funciona como armadilha constante, instigando o estabelecimento de regras *ad hoc* que, ao borrar, ao longo do jogo, o seguimento da regra fundamental, sequer permite conhecer por que este borramento tornou-se necessário.

A resposta que o analista pode dar é o constante apagamento da sua pessoa, conferindo primazia ao processo através da manutenção do *setting*. Assim ele interpretará não apenas a transferência mas principalmente *na* transferência: a resistência do paciente e a sua; a relação de objeto vigente no campo e sua participação nela, o objeto que o está figurando e o que ele deseja figurar.

Esse gênero de interpretação tem a função de resgatar o analista, recuperá-lo como tal e impedi-lo de funcionar tanto como pura emanção do mundo interno do paciente quanto como a emanção do seu próprio mundo interno. A operação fica mais clara se a ilustrarmos através do modelo do vínculo emissor-receptor.

O percurso começa com a escisão de um aspecto do *self* (ou de um objeto desse *self*) que é alocado num continente (outro

*self*, outro objeto), isto é, numa extremidade dita receptora. Desse receptor é esperado que possa conter e transformar o que lhe foi enviado de modo a devolvê-lo numa forma capaz de ser recebida e aceita pelo emissor original, isto é, numa forma que agora não contenha os aspectos mais perturbadores que justamente provocaram a escisão e subsequente projeção. Pierre Fedida (5) nos fornece uma descrição particularmente elegante desse processo ao descrever a dinâmica da contratransferência. Assim ele distingue no receptor um primeiro momento de *ressonância* com o aspecto afetivo do emissor e que aumenta a acuidade perceptiva do receptor, *ressonância* vivida também como angústia; um segundo momento de *contenção* desse estado; outro de *metabolização* do mesmo, e finalmente uma *metaforização* desses afetos.

O metaforizado que vai ser devolvido ao emissor para uma eventual introjeção é, entretanto, veiculado segundo um balizamento: a postura analítica operante no *setting* (que o coloca, como temos enfatizado, unicamente a serviço do método analítico). Se colorirmos o modelo com a terminologia kleiniana podemos dizer que

ALICE TOMA CHÁ COM O  
CHAPELEIRO LOUCO E A  
LEBRE MALUCA



esta postura se institui através de uma tensão: de um lado contínua pressão para o analista responder ou agir segundo um padrão esquizo-paranóide; de outro, a necessidade de produzir respostas caracterizadas pelo padrão depressivo. Segundo esta orientação teórica a psicanálise torna-se operante quando o analisando introjeta esta postura, isto é, aceita tal como faz o analista instalar-se no epicentro de uma tensão sem pretender de imediato resolvê-la ou saturá-la.

Dissemos no início deste trabalho que o processo psicanalítico, em sua evolução, deve ser concebido como produto de atualização da estrutura mental. Percebe-se que aqui vai-se além da pura atualização. É que o fluxo composto pelas associações do analisando, guiadas pela transferência e as interpretações do analista, filtradas pela contratransferência, cria também um potencial, uma *eficácia* voltada “para utilizar a consciência dos derivativos dos processos inconscientes com a finalidade de pensamento verbal como algo distinto da ação” (6). É possível comunicar e se comunicar - portanto conter - os aspectos disruptores e imaturos das relações objetais.

A tensão a que aludimos é fomentada, digamos assim, de fora para dentro pela modalidade de transferência do paciente e de dentro para fora pela maneira que o analista tem de reagir a este estímulo. Esta maneira de reagir do analista prende-se tanto à natureza do material projetado quanto à natureza do próprio analista. O fascínio da prática e a constituição da identidade analítica advêm da capacidade do analista de colocar os atributos de sua natureza, quaisquer que sejam, a serviço da postura analítica. A intersubjetividade produzida *neste contexto* possibilita a cada um a intimidade consigo mesmo.

## ILUSTRAÇÃO CLÍNICA

Clóvis, um paciente que acompanho há algum tempo e que apresenta intensa e profunda sintomatologia psicótica - alucinações auditivas, experiências de dissociação, distúrbios de pensamentos, idéias delirantes e contínua ameaça de suicídio -, começa sua sessão de terça-feira (após uma semana em que se sentira mais integrado) aludindo, a um só tempo, a uma certa melhora e à indigência de sua psicanálise. A melhora que experimentara advinha, segundo afirma, da auto-análise que prati-

cara conversando consigo mesmo no seu quarto. Acrescenta que ao entrar no consultório escutou a voz do seu perseguidor-mor, aquele que o invadiu e de certo modo governa sua consciência - o Dr. R., seu primeiro analista; a voz mencionava algo sobre vidência. A revelação da existência de alucinações auditivas *durante* a sessão é algo novo e com o prosseguimento da mesma ele confessa seu medo de falar destas vozes, assim como de outra experiência que tivera ao despertar pela manhã: o sentimento de estar novamente apaixonado pela antiga namorada que o abandonara (e que o levou a procurar o primeiro analista, Dr. R.). É que, ao falar, ele me explica: “tudo pode voltar”. Irônico (porém curioso), me pergunta se eu o considero vidente.

Na interpretação, aludo ao seu temor de que, ao entrar na sala, eu queira, tal como o Dr. R., usar poderes de vidente para roubar sua melhora e passar a habitar dentro de sua mente e de seu corpo, governando-o, obrigando-o, para defender-se, a refugiar-se na paixão por sua namorada, na “auto-análise” que o isola de si e dos outros.

Um pouco mais tarde menciona a visita que um amigo lhe fizera e descreve então o sentimento penoso que experimentara ao conversar com ele: sua fala tornava-se automática, mecânica, desligada; saía, por assim dizer, apenas da boca. A experiência pôde ser generalizada para outras circunstâncias, e particularmente para o momento do diálogo presente. Na interpretação digo que, imprensado entre o medo de minha invasão e o medo de ficar preso na namorada-quarto, ele se desliga de si e de mim, fica estranho à sessão, “liga o piloto automático” e que, se isso o livra da angústia, o faz entretanto sentir-se penosamente vazio e sem sentimentos. Acrescento que a sessão deve ser para ele muito persecutória pois a qualquer momento um dos dois aspectos pode “ganhar”.

A fugacidade de sua melhora e a experiência de despersonalização levam-no a falar de uma série de incapacidades funcionais e de sua preocupação com o futuro: mostra-se apreensivo quanto às possibilidades de retomar o trabalho, as relações afetivas, a vida social. O paciente, que jamais usara relógio em nenhum dos nossos encontros, estava com um no pulso, aliás desde o dia anterior. Pergunto-lhe se o uso do relógio estaria ligado a esta preocupação com seu futuro. Ele diz que sim, e acrescenta espontaneamente que comprara o relógio

5 Pierre Fedida, “Introdução a uma Metapsicologia da Contratransferência”, in *Revista Brasileira de Psicanálise*, 20:613, 1986.

6 D. Meltzer, op cit

numa *free-shop*, viajando de Nova York para Paris. Lembra-se que o seu analista em Paris marcara sessão para as 10h e que ele lhe respondera: “em torno das 10h”.

A interpretação que se segue procura relacionar o medo da sessão-analista-invasivo com a necessidade que tem o paciente de controlar a emergência desta entidade (daí mantê-la vaga, imprecisa, distante, “em torno de”). O uso do relógio é caracterizado como uma mudança, isto é, como contato que ele está podendo estabelecer com algo de que é carente (a psicanálise com seu tempo e espaço delimitados). O medo que surge *agora* se liga ao receio de perder e/ou não poder reter este contato no qual deixou de sentir-me “em torno de Clóvis” e de sentir-se “em torno de LM”, conseguindo então participar da criação de um vínculo Clóvis-LM. Ele responde que efetivamente algo parece ter mudado mas não sabe o que é melhor: ser ou não ser louco.

Em seqüência gráfica, a dinâmica da sessão mostra pois a imediata e recíproca polarização entre as relações de objeto: de um lado o aparelho mental do analisando sendo invadido e governado pelo objeto perseguidor maléfico R. (vidência onipotente) e de outro o refúgio-encapsulamento defensivo no quarto-auto-análise-namorada-idealizada. A tensão dessa polarização evoca, num segundo tempo, uma defesa de caráter obsessivo (fala mecânica, isolamento e evacuação do afeto) cujo custo, por sua vez, o leva de volta à relação de objeto (viagem Nova York-Paris) a ser porém controlada pela parte onipotente e autocrática do *self* (ela dita que a sessão deverá ser “em torno de”). Já o uso do relógio e a preocupação com os aspectos carentes, isto é, não-onipotentes do *self* (dificuldades profissionais, amorosas), parecem indicar um movimento nascente voltado para o convívio com a ferida narcísica (ter uma hora-espço pela qual espera e cuja perda é inevitável, *desenvolver e manter a consciência desta hora*).

A seqüência clínica procura ilustrar a relação existente entre a postura interpretativa e a regularidade do *setting*. A constância da postura do analista - por exemplo a linguagem metafórica que usou para interpretar as experiências concretas de perseguição, despersonalização, onipotência vividas pelo paciente - criam um

tempo-espacialidade até então inexistente, um lugar delimitado por uma pele elástica que se torna estruturante e desvendador da falha estrutural do paciente

ao mesmo tempo que o confronta com a mesma. O uso do relógio é a concreção deste tríptico encontro e a vinda à sessão remete constantemente a esta contínua operação. O analista zela para que a pele não se rompa, para que o paciente nunca cesse de forçá-la (7) e para que ele, analista, nunca deixe de sentir a pressão que sobre ela é exercida. É a manutenção do *setting* que, por transparência, permite colocar em perspectiva os aspectos evidenciados da trama objetal (e aqui, em particular, o valor adquirido pela regularidade do tempo da sessão). Não é por acaso, pois, que o paciente, quando “flagrado”, se pergunta o que convém mais: viver no tempo do “em torno” ou sofrer as vicissitudes da relação.

Essa pergunta, é claro, pode ser eludida, mas aí então é a própria elusão que se tornará evidente. É o que acontece, por exemplo, quando o chapeleiro maluco diz a Alice que desde que ele matou o tempo são sempre 6h e ela compreende subitamente porque há na mesa tantos talheres e louças dispostos para o chá, embora sejam apenas três os participantes. Como é sempre hora do chá não há tempo para lavar os pratos no intervalo:

“- Então vocês se movem em torno da mesa na medida em que as xícaras vão sendo usadas? pergunta Alice.

- É isto, responde o chapeleiro.

- Mas o que acontece, pergunta Alice, quando vocês chegam de volta ao ponto em que começaram?

- Ora, mudemos de assunto, responde o chapeleiro.”

Evidentemente o mesmo problema se colocaria se *nunca* fosse a hora do chá.

Alice mergulha no país das maravilhas e o atravessa *mas não se confunde com ele*. Ela conserva a *perspectiva* do tempo linear, o que lhe permite discernir a presença do tempo circular e as conseqüências de seu modo de operar - que se abateram sobre o chapeleiro tornado maluco.

## CONCLUSÃO

Toda teoria psicanalítica procede a um recorte, privilegiando uma base sobre a qual assenta seu desenvolvimento. Cada paradigma privilegia uma área de captação e cria os instrumentos que a otimizam. Cada paradigma aciona uma escuta particular e a processa segundo seus parâmetros. Trata-se de um reducionismo necessário que,

7 A. Green, *The Analyst, Symbolisation and Obscene in the Analytic Setting (on Changes in Analytic Practice and Analytic Experience)*, Int. J. Psycho-Anal., 56, 1, 1975.



delineando um universo específico, permite um intenso aprofundamento. É por isso que, a meu ver, aquelas que ganharam força, *status* de “escola”, são irreduzíveis (8) entre si. Elas são, entretanto, suscetíveis de comparação, passíveis de, por contraste, delinearem a natureza de recorte particular que as torna irreduzíveis.

Dentro do paradigma exposto, que dá primazia à dinâmica da interação analisando-analista sobre a dinâmica intrapsíquica do analisando, a constância do tempo de duração da sessão já não surge como arbitrária. Ela se integra a uma concepção particular do *modus operandi* do método psicanalítico a qual, por sua vez, se liga a uma maneira específica do conceber a estrutura do aparelho psíquico e seu funcionamento. É um dos elementos da “amarração” que fornece consistência à trama do tecido teórico-clínico. Ela não surge como um aspecto problematizável da relação intersubjetiva operando no campo transferencial, mas como um dos elementos que possibilita a apreensão do modo de funcionar desta relação.

Nesse contexto, variar o tempo da sessão ou impor a ela diferentes durações, torna-se manipulação do *setting*, atuação.

Para adquirirem *sentido psicanalítico* e serem portanto abarcadas pelo método que opera segundo o esquema referencial descrito, as variações temporais de qualquer ordem devem emergir no campo transferencial, transbordá-lo de dentro para

fora como produto gerado por sua dinâmica. O *setting* só pode ser analisado dentro do *setting* (9).

Freud, na citação transcrita no início deste trabalho, alude a “idéias derivadas de outros setores” que não nasceram da observação, isto é, da evidência propriamente dita, mas que são tratadas como se dela adviessem - quando de fato a ela foram impostas.

Como saber então se a teoria derivada de tal gênero de observação serve agora para justificar esta inclusão (dessas “idéias abstratas”) ou se, ao contrário, é essa mesma inclusão que vai possibilitar a apreensão e emergência da teoria latente no campo de observação?

Uma resposta guiada pelo viés operacional (por exemplo: a teoria torna mais clara a compreensão do contato com a estrutura psíquica e seu funcionamento) é tentadora. Mas ela elude a questão do embasamento na crença - na crença da convenção. Talvez então tenhamos que admitir que a *prática* analítica - tal como a descrevemos acima - contenha um incessante perguntar-se, um questionamento de si própria, uma circularidade indagativa, uma intolerância à sedução, contenha enfim uma estrutura de tal modo marcada pelo modelo da racionalidade (e sua procura) que o ato fundante da diversidade possa ser a convenção - e não a regra.

É uma prática que verifica a cada instante que ainda não nasceu a tartaruga que ganhou a corrida da lebre.

8 O termo “irreduzível” é empregado no mesmo sentido com que Thomas S. Kuhn usa a palavra “incomensurável” no seu livro *The Structure of Scientific Revolution* (Illinois, The University of Chicago Press, 1970).

9 J. Bleger, “Psicoanálisis del Encuadre”, in *Simbiosis y Ambigüedad*, Buenos Aires, Editorial Paidós, s/d.